

PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO - 2020

NOTAS EXPLICATIVAS

NÚMERO DE ORDEM	NOTA
1	CONTAS DE GOVERNO - NOTA EXPLICATIVA ? EXERCÍCIO DE 2020 Ente: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN 1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN é uma pessoa jurídica de direito publico interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo representante do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Criado oficialmente como município por força de lei e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, representa a entidade máxima na administração pública no referido município. Com base nos termos constitucionais, o Poder Executivo é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência. 2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2020 foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2020, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade. 3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações financeiras das ?contas de governo? ? exercício de 2020 estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, e acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual da Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos/MCASP ? Parte V ? 7ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 - TC. As demonstrações contábeis do município foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as ?contas de governo? do ente público municipal. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, além do Fluxo de Caixa, Demonstração as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos não consignados no orçamento, e apresentadas de forma consolidada, contendo as contas dos Poderes Executivo e Legislativo. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório. 4 - BALANÇO PATRIMONIAL O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2020: Saldo em Caixa e Bancos: R\$ 1.460.453,84 Créditos a curto prazo: R\$ 165.259,02 Variações patrimoniais: R\$ 7.128,00 Total R\$ 1.632.840,86 4.2 - Imobilizado Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do ente, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2020. No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras. Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 21.426.752,59. Nas ?contas de governo? do exercício, há a relação individual dos bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos no exercício de 2020. 4.3 - Da Dívida Fundada Nas ?contas de governo? do exercício de 2020 houve o registro, através do Anexo 16 ? Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2020, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2020, enfatizando ao final o saldo dessa dívida, em 31.12.2020, que importou em R\$ 18.747.930,34. Vejamos os saldos dessa dívida, cuja comprovação das apurações pelos órgãos credores é parte integrante desta prestação de contas anual/PCA. Ela está composta da seguinte forma: - Saldo de parcelamentos junto ao INSS: R\$ 441.076,27 - Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TJ: R\$ 2.786.813,85 - Total: R\$ 3.227.890,12 4.4 - Patrimônio Líquido O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o ?Ativo Real? e o ?Passivo Real?. Ao longo do exercício, ocorreu variação no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 17.741.867,42, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial. 5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura se evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: receitas tributárias: Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; Receitas Patrimoniais: arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e aluguéis; Transferências Correntes: arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); Outras Receitas Correntes: arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros
2	CONTAS DE GOVERNO - NOTA EXPLICATIVA ? EXERCÍCIO DE 2020 Ente: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN 1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN é uma pessoa jurídica de direito publico interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo representante do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Criado oficialmente como município por força de lei e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, representa a entidade máxima na administração pública no referido município. Com base nos termos constitucionais, o Poder Executivo é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência. 2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2020 foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2020, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade. 3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações financeiras das ?contas de governo? ? exercício de 2020 estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, e acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual da Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos/MCASP ? Parte V ? 7ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 - TC. As demonstrações contábeis do município foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as ?contas de governo? do ente público municipal. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, além do Fluxo de Caixa, Demonstração as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos não consignados no orçamento, e apresentadas de forma consolidada, contendo as contas dos Poderes Executivo e Legislativo. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório. 4 - BALANÇO PATRIMONIAL O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2020: Saldo em Caixa e Bancos: R\$ 1.460.453,84 Créditos a curto prazo: R\$ 165.259,02 Variações patrimoniais: R\$ 7.128,00 Total R\$ 1.632.840,86 4.2 - Imobilizado Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do ente, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2020. No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras. Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 21.426.752,59. Nas ?contas de governo? do exercício, há a relação individual dos bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos no exercício de 2020. 4.3 - Da Dívida Fundada Nas ?contas de governo? do exercício de 2020 houve o registro, através do Anexo 16 ? Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2020, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2020, enfatizando ao final o saldo dessa dívida, em 31.12.2020, que importou em R\$ 18.747.930,34. Vejamos os saldos dessa dívida, cuja comprovação das apurações pelos órgãos credores é parte integrante desta prestação de contas anual/PCA. Ela está composta da seguinte forma: - Saldo de parcelamentos junto ao INSS: R\$ 441.076,27 - Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TJ: R\$ 2.786.813,85 - Total: R\$ 3.227.890,12 4.4 - Patrimônio Líquido O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o ?Ativo Real? e o ?Passivo Real?. Ao longo do exercício, ocorreu variação no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 17.741.867,42, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial. 5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura se evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: receitas tributárias: Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; Receitas Patrimoniais: arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e aluguéis; Transferências Correntes: arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); Outras Receitas Correntes: arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros
3	CONTAS DE GOVERNO - NOTA EXPLICATIVA ? EXERCÍCIO DE 2020 Ente: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN 1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN é uma pessoa jurídica de direito publico interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo representante do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Criado oficialmente como município por força de lei e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, representa a entidade máxima na administração pública no referido município. Com base nos termos constitucionais, o Poder Executivo é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência. 2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2020 foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2020, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade. 3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações financeiras das ?contas de governo? ? exercício de 2020 estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, e acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual da Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos/MCASP ? Parte V ? 7ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 - TC. As demonstrações contábeis do município foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as ?contas de governo? do ente público municipal. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, além do Fluxo de Caixa, Demonstração as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos não consignados no orçamento, e apresentadas de forma consolidada, contendo as contas dos Poderes Executivo e Legislativo. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório. 4 - BALANÇO PATRIMONIAL O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2020: Saldo em Caixa e Bancos: R\$ 1.460.453,84 Créditos a curto prazo: R\$ 165.259,02 Variações patrimoniais: R\$ 7.128,00 Total R\$ 1.632.840,86 4.2 - Imobilizado Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do ente, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2020. No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras. Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 21.426.752,59. Nas ?contas de governo? do exercício, há a relação individual dos bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos no exercício de 2020. 4.3 - Da Dívida Fundada Nas ?contas de governo? do exercício de 2020 houve o registro, através do Anexo 16 ? Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2020, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2020, enfatizando ao final o saldo dessa

	dívida, em 31.12.2020, que importou em R\$ 18.747.930,34. Vejamos os saldos dessa dívida, cuja comprovação das apurações pelos órgãos credores é parte integrante desta prestação de contas anual/PCA. Ela está composta da seguinte forma: - Saldo de parcelamentos junto ao INSS: R\$ 441.076,27 - Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TJ: R\$ 2.786.813,85 - Total: R\$ 3.227.890,12 4.4 - Patrimônio Líquido O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o ?Ativo Real? e o ?Passivo Real?. Ao longo do exercício, ocorreu variação no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 17.741.867,42, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial. 5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura se evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: receitas tributárias: Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; Receitas Patrimoniais: arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e aluguéis; Transferências Correntes: arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); Outras Receitas Correntes: arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros
4	CONTAS DE GOVERNO - NOTA EXPLICATIVA ? EXERCÍCIO DE 2020 Ente: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN 1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN é uma pessoa jurídica de direito publico interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo representante do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Criado oficialmente como município por força de lei e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, representa a entidade máxima na administração pública no referido município. Com base nos termos constitucionais, o Poder Executivo é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência. 2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2020 foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2020, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade. 3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações financeiras das ?contas de governo? ? exercício de 2020 estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, e acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual da Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos/MCASP ? Parte V ? 7ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 - TC. As demonstrações contábeis do município foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as ?contas de governo? do ente público municipal. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, além do Fluxo de Caixa, Demonstração as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos não consignados no orçamento, e apresentadas de forma consolidada, contendo as contas dos Poderes Executivo e Legislativo. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório. 4 - BALANÇO PATRIMONIAL O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2020: Saldo em Caixa e Bancos: R\$ 1.460.453,84 Créditos a curto prazo: R\$ 165.259,02 Variações patrimoniais: R\$ 7.128,00 Total R\$ 1.632.840,86 4.2 - Imobilizado Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do ente, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2020. No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras. Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 21.426.752,59. Nas ?contas de governo? do exercício, há a relação individual dos bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos no exercício de 2020. 4.3 - Da Dívida Fundada Nas ?contas de governo? do exercício de 2020 houve o registro, através do Anexo 16 ? Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2020, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2020, enfatizando ao final o saldo dessa dívida, em 31.12.2020, que importou em R\$ 18.747.930,34. Vejamos os saldos dessa dívida, cuja comprovação das apurações pelos órgãos credores é parte integrante desta prestação de contas anual/PCA. Ela está composta da seguinte forma: - Saldo de parcelamentos junto ao INSS: R\$ 441.076,27 - Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TJ: R\$ 2.786.813,85 - Total: R\$ 3.227.890,12 4.4 - Patrimônio Líquido O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o ?Ativo Real? e o ?Passivo Real?. Ao longo do exercício, ocorreu variação no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 17.741.867,42, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial. 5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura se evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: receitas tributárias: Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; Receitas Patrimoniais: arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e aluguéis; Transferências Correntes: arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); Outras Receitas Correntes: arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros
5	CONTAS DE GOVERNO - NOTA EXPLICATIVA ? EXERCÍCIO DE 2020 Ente: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN 1 - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA A Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN é uma pessoa jurídica de direito publico interno, representando a entidade máxima de administração pública no município, sendo representante do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira. Criado oficialmente como município por força de lei e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Receita Federal do Brasil, representa a entidade máxima na administração pública no referido município. Com base nos termos constitucionais, o Poder Executivo é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência. 2 - DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES Os serviços técnicos da contabilidade no ano de 2020 foram executados de acordo com a legislação vigente, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária, da situação patrimonial e o levantamento das demonstrações contábeis, no período dos meses de janeiro a dezembro de 2020, correspondendo ao exercício financeiro, conforme disposto no art. 34, da Lei Nacional nº 4.320/64. A execução dos trabalhos e estrutura das demonstrações contábeis foi executada em observância ao disposto nas Leis nº. 4.320/1964, nº. 101/2000, nas Portarias MF nº 184/2008 e STN nº. 438/2012, 634/2013 e 700/2014, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade. Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o de competência para execução das despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei n.º 4.320/64, de forma integrada com as NBCASP/Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e os princípios contábeis estabelecidos pela Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993, do Conselho Federal de Contabilidade. 3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações financeiras das ?contas de governo? ? exercício de 2020 estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no País, essas aplicáveis às entidades públicas, e acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, e elaboradas em observância a estrutura do Manual da Contabilidade Aplicadas ao Setor Públicos/MCASP ? Parte V ? 7ª Edição, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como pelas normas instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande Norte, em especial, através da Resolução nº 12/2016 - TC. As demonstrações contábeis do município foram geradas conforme essas normas acima, todas adequadas à nova estrutura do PCASP/Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e compõe as ?contas de governo? do ente público municipal. As referidas demonstrações são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais, além do Fluxo de Caixa, Demonstração as Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos não consignados no orçamento, e apresentadas de forma consolidada, contendo as contas dos Poderes Executivo e Legislativo. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas referidas notas explicativas constantes deste relatório. 4 - BALANÇO PATRIMONIAL O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público municipal, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Seus ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos e tem sido elaborado de acordo com a estrutura definida no MCASP. 4.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: São representados por disponibilidade em moeda nacional, valores depositados em instituições financeiras integrantes do sistema bancário brasileiro, na seguinte composição. Disponibilidade Financeira em 31.12.2020: Saldo em Caixa e Bancos: R\$ 1.460.453,84 Créditos a curto prazo: R\$ 165.259,02 Variações patrimoniais: R\$ 7.128,00 Total R\$ 1.632.840,86 4.2 - Imobilizado Registrando os bens públicos destinados à manutenção das atividades do ente, o referido grupo obteve a seguinte movimentação no exercício de 2020. No que se refere ao registro saldo de bens móveis e imóveis, tem-se a informar que o sistema contábil faz o registro automático de todas as entradas de bens pelo lançamento ocorrido no registro das notas fiscais no momento da liquidação pelo setor de compras. Com isso todos os bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos, foram devidamente registrados pelos lançamentos contábeis realizados, de acordo com seu registro pelo valor original, incorporando, de forma acumulada, o total de R\$ 21.426.752,59. Nas ?contas de governo? do exercício, há a relação individual dos bens móveis e imóveis adquiridos e/ou construídos no exercício de 2020. 4.3 - Da Dívida Fundada Nas ?contas de governo? do exercício de 2020 houve o registro, através do Anexo 16 ? Demonstrativo da Dívida Fundada, do saldo anterior apurado em 31.12.2020, os valores inscritos e baixados ao longo do ano de 2020, enfatizando ao final o saldo dessa dívida, em 31.12.2020, que importou em R\$ 18.747.930,34. Vejamos os saldos dessa dívida, cuja comprovação das apurações pelos órgãos credores é parte integrante desta prestação de contas anual/PCA. Ela está composta da seguinte forma: - Saldo de parcelamentos junto ao INSS: R\$ 441.076,27 - Saldo de parcelamentos junto aos Precatórios/TJ: R\$ 2.786.813,85 - Total: R\$ 3.227.890,12 4.4 - Patrimônio Líquido O Patrimônio Líquido/PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida do município, ou seja, representa a diferença entre o ?Ativo Real? e o ?Passivo Real?. Ao longo do exercício, ocorreu variação no patrimônio líquido da entidade, deixando-o em R\$ 17.741.867,42, decorrente do confronto entre variações ativas e passivas, apurado no Balanço Patrimonial. 5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura se evidencia as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário no período, tendo sido elaborado de acordo com a estrutura definida do MCASP. As receitas municipais estão compostas pelas seguintes fontes de financiamento: - Receitas Correntes: receitas tributárias: Impostos de competência municipal, tais como: IPTU/Imposto Predial e Território Urbano, IRRF/Imposto de Renda Retido na Fonte, ITBI/Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e ISSQN/Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza; e taxas de competência municipal, tais como: a concessão de licenças e alvarás; habite-se; licença de vendedores ambulantes; coleta de lixo; taxas de cemitério, etc.; Receitas Patrimoniais: arrecadação originada do gerenciamento do seu patrimônio mobiliário, imobiliário e financeiro, tais como: juros recebidos e aluguéis; Transferências Correntes: arrecadação da prefeitura originada de outras esferas de governo, como União e Estado do Rio Grande do Norte, tais como: FPM, ICMS, IPVA, ITR, FUNDEB, entre outras, bem como receitas voluntárias, isto é, pela livre vontade do repassador (programas e convênios); Outras Receitas Correntes: arrecadação pela prefeitura e não classificáveis nos grupos anteriores, tais como: multas e juros